

O MOVIMENTO REPUBLICANO EM ITÚ. OS FAZENDEIROS DO OESTE PAULISTA E OS PRÓDROMOS DO MOVIMENTO REPUBLICANO.

(Notas prévias).

Para a explicação da gênese do movimento republicano muito contribuiriam as monografias sôbre o mecanismo das atividades republicanas locais. Só depois dessas visões parciais, poder-se-á, um dia, proceder à uma síntese verdadeiramente científica, que deixe de ser simples construção do espírito, sem base documental firme — fruto de generalizações, para tornar-se num conhecimento sòlidamente fundamentado na pesquisa. Foi pensando nisso que abordamos um estudo sôbre o movimento republicano em Itú, entre 1870 e 1873, quando aí se realizou a Convenção que procurou congregar os representantes dos vários núcleos regionais para lançar as bases do Partido Republicano Paulista.

Os acontecimentos que rodeiam a Convenção de Itú (18 de abril de 1873) têm sido exaustiva e minuciosamente descritos. Mas o seu conteúdo social e psicológico não foi totalmente extraído. A análise do movimento em Itú, desde a fundação do clube republicano até a Convenção e o estudo desta nos permitirão, reafirmar certas posições e sugerir outras. Quem eram os republicanos? isto é, a que grupo social pertenciam na sua maioria? Quais seus ideais? Por que se filiam ao partido? Como se organizam? Como funciona um partido republicano local? Eis uma série de questões a serem esclarecidas. Não pretendemos apresentar uma explicação completamente nova dêsse movimento, desde que o estudo apenas local não permite generalizações. Mas podemos relatar os fatos, tentar interpretá-los e sugerir problemas. E' isso apenas o que desejamos.

*

I. — ANTECEDENTES DA CONVENÇÃO REPUBLICANA EM ITÚ.

a). — *Fundação do Clube Republicano em Itú.*

A fundação do clube republicano em Itú está ligada ao “revoar de idéias novas” que a partir de 1860-1870 pairam sôbre o

Brasil. Positivismo, darwinismo, cientificismo, evolucionismo — modalidades diversas do pensamento europeu do século XIX — encontram expressão no pensamento nacional “determinando notável progresso do espírito crítico. “Tudo se critica e se discute” (1). Ao lado dessas, a idéia republicana que já existia em estado latente na psiqué nacional desde o Brasil Colônia se fortalece. Sua apresentação oficial data de 1870, quando através do Manifesto Republicano publicado no jornal “A República” a 3 de dezembro de 1870, se pretende delinear os fundamentos do partido.

O clima era propício ao desenvolvimento dessa idéia. Era grande a fermentação política da época. De um lado, a tradição republicana — o ideal dos revolucionários de 1817, 1824, 1835 (na Bahia) e 1837 (no Rio Grande do Sul); de outro, o exemplo dos países americanos e da França que proclamava a Terceira República; a abundante literatura revolucionária importada da França; a Espanha que através de Castellar animava os nossos idealistas republicanos à ação. Exemplo estrangeiro estimulante, sobretudo levando-se em conta o espírito “colonial” do brasileiro prêsso intelectualmente à Europa e que buscava nas fórmulas européias a solução dos problemas brasileiros.

A essas condições que proporcionavam a formação de uma ideologia republicana difusa, sem formas nítidas, sem ação organizada, se sobrepuseram fatores imediatos — conseqüentes do panorama político nacional que vieram precipitar a reação. O descontentamento dos partidos que se revezavam no poder pela intromissão da vontade imperial através do mecanismo do “poder moderador” punha à disposição do pensamento republicano os espíritos mais violentos e radicais nas suas concepções. As críticas que choavam contra o regime político em vigor — a monarquia — mesmo da parte dos partidos monarquistas, eram favoráveis ao seu florescimento. Em 1868 a queda do Gabinete Zacarias, por incidente pessoal havido com o Imperador, acelerou a cisão do partido Liberal entre os elementos mais radicais e os moderados. A ala radical que então se formara publicando em 1869 no *Correio Nacional* o seu programa evoluiu quase tôda para a idéia republicana. Aí nascera o projeto da criação de um clube republicano e da publicação do referido manifesto apresentando um apêlo aos simpatizantes para que se reunissem e se armassem na luta por êste ideal. Em resposta organizaram-se em muitas regiões clubes republicanos, à semelhança do que se fizera no Rio de Janeiro.

Em 20 do mesmo mês (17 dias após a publicação do Manifesto) o Clube radical de São Paulo, comunicava ao núcleo do

(1). — João Cruz Costa, *O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*, pg. 125.

Rio de Janeiro, num officio assinado por Américo Brasiliense a sua transformação em Clube republicano (2).

Já nessa ocasião João Tibiriçá Piratininga, posteriormente um dos mais ativos próceres da ação republicana em Itú e futuro presidente da Convenção de 1873, estava em contacto com o núcleo de São Paulo (3), freqüentando Américo Brasiliense. Outro fazendeiro abastado da região de Itú, homem viajado e culto como o primeiro, igualmente adepto das idéias republicanas — José Vasconcelos de Almeida Prado, recém-chegado da Europa, aparecia também freqüentemente ao lado dos membros do Clube Radical, depois transformado em Republicano, fazendo a apologia entusiástica de idéias revolucionárias. São êsses dois elementos os principais responsáveis pela instalação do Clube Republicano em Itú. A 10 de setembro de 1871 há uma reunião geral dos simpatizantes das idéias republicanas em Itú, sob a presidência de Piratininga, secretariando a sessão o engenheiro Francisco de Paula Souza e Inácio Xavier de Campos Mesquita, na qual se procura organizar o partido republicano com a formação de um clube (4). A diretoria eleita ficou constituída dos acima citados e mais João Tobias Aguiar e Castro, então delegado da cidade e Francisco Emídio da Fonseca. Nessa reunião deliberou-se a adesão oficial ao clube do Rio de Janeiro. Dentre os assinantes da ata de presença há um grande número de lavradores: Francisco Emídio da Fonseca — “bacharel e lavrador”, Manoel Elísio Pereira de Queiroz — “lavrador e Tenente-Coronel”. Estanislauro Campos Pacheco, Bento Dias de Almeida . . . , Joaquim Galvão de França Pacheco, José Antônio Sousa, Antônio Alves Pereira de Almeida, Virgínio de Pádua Castanho, Lourenço Tibiriçá, Manoel da Costa Falcato, Antônio Freire da Fonseca e Souza, Antônio Nardy de Vasconcelos, Antônio Leite de Almeida Prado, Antônio Rodrigues de Sampaio Leite, Manuel Custódio Leme, José Antônio Freire, Luiz Ferraz de Sampaio, Elias Leopoldino de Almeida Prado, Joaquim R. . . , Rafael Aguiar Paes de Barros, José Vasconcelos de Almeida Prado, Manuel Fernando de Almeida Prado, José Joaquim Rodrigues Arruda, todos êsses reconhecidamente lavradores. Os demais se definem como negociantes, artífices, capitalistas, alguns de ocupação não declarada, e finalmente proprietários — expressão dúbia que tanto poderia se referir a capitalistas, como a lavradores — daí a dificuldade de se calcular a porcentagem dêstes que talvez estivesse por perto dos 50%. E’ curioso notar-se que entre aquêles que se dizem lavrado-

(2). — *Correio Paulistano*, janeiro de 1871.

(3). — José Maria dos Santos, *Os republicanos paulistas e a Abolição*, pg. 97; Piratininga estudara 6 anos na Europa e voltara também adepto incondicional das idéias liberais e republicanas (*Gazeta de Campinas*, abril de 1873 — *Viagem a Itú em 1868* (artigo).

(4). — Livro de Atas do Partido Republicano de Itú (cópias) — Museu Republicano.

res há muitos antigos bacharéis formados pela Faculdade de Direito de São Paulo. São ex-alunos da Faculdade que como José Vasconcelos de Almeida Prado, Francisco Emídio da Fonseca, João Tobias Aguiar, Rafael Aguiar Paes de Barros e outros acabaram se tornando fazendeiros. Alguns dêles exerciam ao mesmo tempo a função de fazendeiros e de funcionários públicos: delegado, juiz de paz, etc.

Na mesma reunião de 10 de setembro foi também fundada uma escola noturna em Itú (5). Esse método de propaganda era freqüentemente de iniciativa dos maçons. Assim é que em 1873, na *Gazeta de Campinas*, encontramos referências a Escolas mantidas por êstes, como por exemplo a criada pela Loja Fidelidade em janeiro de 1873 em Campinas, onde além do ensino primário gratuito, fornecia-se aos alunos pobres compêndios, papel, penas, etc. (6). Uma idéia surge imediatamente: dada a divulgação da maçonaria nesse tempo, seria de se esperar que alguns dêses republicanos fôsem maçons. Quais seriam êles? Haverá como no movimento da Independência alguma relação entre a ação republicana e a maçonaria? São questões a serem esclarecidas.

O fato é que essa escola, então criada, foi mantida à custa de donativos, sobretudo daqueles que eram destacadamente republicanos (7). Em ata da sessão realizada a 31 de dezembro de 1871, verificamos que a escola contava com 25 alunos e aí lecionavam elementos do partido como por exemplo: Paula Souza. Pode-se calcular o quanto seria ela um ambiente de proselitismo a favor do pensamento republicano. De fato, era essa a finalidade do clube: propagar a ideologia.

Os membros mais ativos do ramo ituano, principalmente José Vasconcelos de Almeida Prado e João Tibiriçá Piratininga, mantinham-se em contacto com os sócios do clube com séde na capital da provincia. Foi aquêle que encontrando-se no início de janeiro de 1872 numa das suas viagens a São Paulo com Américo Brasileiro, instou-o a reunir o grupo de republicanos do interior que casualmente se encontrava na capital: Manoel Ferraz de Campos Sales, Francisco Quirino dos Santos e Jorge de Miranda (de Campinas), Francisco de Paula Cruz (de Jundiáí), Bernardino de Campos (de Amparo). Julgava Almeida Prado que os núcleos republicanos da Provincia deveriam encetar uma campanha mais ativa e mais coordenada em prol da idéia que professavam (8).

(5). — Ata da reunião de 10 de setembro de 1871, in *Livro de Atas do Clube Republicano de Itú*.

(6). — *Gazeta de Campinas*, dezembro de 1872, janeiro de 1873.

(7). — Existe no Museu Republicano de Itú um livro de registro dos donativos que mantiveram a Escola.

(8). — José Maria dos Santos, *op. cit.*, pg. 115.

Américo Brasileiro envia pois, a 14 de janeiro uma carta circular a cada um dos republicanos então presentes em São Paulo, convidando-os para uma reunião às 7 horas da noite, do dia 17, em casa de sua mãe, no largo da Sé.

Aí compareceram os representantes de Amparo, Campinas, Jundiá e de Itú, acima referidos bem como Américo de Campos, Azevedo Marques, Jaime Serva, Olímpio da Paixão, Luiz Gama, Vicente Rodrigues, José Ferreira de Menezes. Aproveitou-se essa oportunidade para traçar-se as diretrizes da política republicana no interior e imaginar-se uma forma de ação conjunta entre os vários núcleos. Decidiu-se que êsses funcionariam independentes, ficando o da capital simplesmente como coordenador. Discutiu-se ainda a necessidade de serem criadas novas secções regionais e nesse sentido muito provavelmente as informações de Campos Sales devem ter sido animadoras, pois êste acabara de chegar de Rio Claro onde participara de uma assembléia realizada a 6 de janeiro na qual tivera oportunidade de falar, fazendo um veemente apêlo aos presentes pela causa republicana, atacando a Monarquia, o Poder pessoal, criticando a má situação em que se encontravam as classes produtoras e observando que não eram os destroços dos partidos Conservador e Liberal que haviam constituído o Partido Republicano, mas a sua elite, a “flôr” dêsses partidos (9).

O resultado mais importante da reunião em casa de Américo Brasileiro foi a decisão de se convocar “um Congresso de representantes dos clubes locais” o qual se realizaria na capital ou em qualquer outro ponto da Província conforme fôsse mais conveniente à maioria. Prenunciava-se a futura Convenção de Itú. Discutia-se a reunião de uma Convenção — o que só um ano depois pôde ser realizado.

No dia seguinte, 18 de janeiro, foi distribuída uma circular que procurava divulgar as principais disposições estabelecidas na véspera. O interêsse em manter as boas simpatias dos lavradores, evitando que êles se afastassem atemorizados com a questão da abolição, evidencia-se na maneira pela qual esta é abordada. Considera-se “intrigas da opposição”, o “boato adrede espalhado, de que o partido republicano proclama e intenta pôr em prática medidas violentas para a realização de sua política e para a abolição da escravidão” (10). Essa observação, constante da circular, foi provavelmente fruto de considerações feitas pelos fazendeiros presentes, principalmente José Vasconcelos de Almeida Prado, que conheciam de perto os problemas da lavoura e a opinião da classe, e que

(9). — Atas do Partido Republicano Paulista de Rio Claro, copiadas por Francisco de Arruda Camargo e autenticadas por êste e José Vasconcelos de Almeida Prado em 1917 (Museu Republicano).

(10). — Américo Brasileiro, *Os programas dos partidos e o 2.º Império*, pg. 106.

compreendiam que o boato poderia ser nocivo à propaganda republicana. Muitos fazendeiros, ideologicamente simpáticos à República, teriam receio em aderir a um movimento que se declarava abertamente pela abolição. Isso explica a decisão emanada da reunião na casa de Américo Brasiliense, apesar de nela estar presente um dos nossos maiores abolicionistas: Luiz Gama.

Diante dessa atitude esquiva dos republicanos paulistas em face da questão da escravatura, quiseram alguns explicar sua adesão ao movimento republicano em 1871 e a marcha dêsse para a Convenção, como uma reação à Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871.

Parece incoerência de muitos, o serem republicanos e temerem a abolição. Se lembrarmos, entretanto, dos republicanos franceses que pregavam igualdade, liberdade e fraternidade, mas que quando Robespierre ameaça a propriedade — o *Direito de propriedade* — procurando pôr em prática o princípio da igualdade, êsses bons burgueses da Revolução Francesa mandam-no para a guilhotina (11), compreenderemos a atitude dos nossos republicanos. Era em termos de *direito de propriedade*, sagrado e inviolável, que se formulavam sempre as questões da escravatura e abolição. As discussões na Câmara e Senado o demonstram.

Na realidade muitos republicanos eram senhores de escravos. Mas precisamos ter sempre em mente que foram os fazendeiros do Oeste, entre os quais se recrutavam muitos dos membros do partido, os primeiros a procurar a introdução da mão-de-obra estrangeira nas suas lavouras e mais posteriormente a libertarem os seus escravos bem antes da abolição, o que irritava muito alguns fazendeiros do Vale do Paraíba. A diferença de problemas e situações entre uns e outros se reflete claramente na carta de um fazendeiro de Lorena — o sr. Rodrigues Azevedo que diz:

“Infelizmente o Norte não é igual ao Oeste, onde a uberdade da terra e a grande produção convidam ao trabalho livre e dão-lhe compensação. Aqui não temos e nem poderemos ter colonização tão cêdo, enquanto não houver uma transformação na cultura, não se pode dispensar o braço escravo ou nacional. Isso por causa do baixo rendimento da terra”. “Não vejo razão para se querer impor-nos uma opinião que não temos e um procedimento igual ao daqueles que, sendo ricos podem dispensar certos serviços que nós não estamos na condição de fazê-lo. Se acham que presentemente o trabalho escravo já não remunera, que libertem os seus os que assim pensam, independentemente de Lei, mas não venham obrigar aos

(11). — Charles Morazé, (curso ministrado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1951).

que de modo contrário e por necessidade divergem de semelhante inteligência a terem igual procedimento” (12).

A lavoura do Oeste paulista não era tão escravocrata quanto a do Vale do Paraíba. Daí a dificuldade de se empregar nessa região a associação causal: abolição-república, da mesma forma que ela tem sido aplicada a outras áreas. Eles possuíam escravos e “apesar” disso eram republicanos — mas é difícil dizer-se que em 1871 eram republicanos por serem escravocratas. Lembramos o caso de Itú por exemplo. A pequena repercussão da Lei do Ventre Livre, nos jornais e documentos contemporâneos locais, não nos permite acreditar que a adesão dos fazendeiros ao clube republicano a 10 de setembro de 1871 fôsse uma reação a essa lei datada de 28 do mesmo mês. A razão nos parece outra.

O que explica a atitude esquivada da circular a qual nos referimos, redigida na reunião de janeiro de 1872 em casa de Américo Brasiliense e que procurava contornar o problema da abolição, é, repetimos, o desejo de conservar as simpatias no meio agrário, demonstrando que a República não era uma ameaça de abolição, violenta, imediata e imperativa. Procurava-se dessa forma conservar as simpatias mesmo daqueles mais retrógrados que, embora diante das experiências que se multiplicavam com relativo sucesso no Oeste paulista, não enxergavam na imigração uma maneira de resolver o problema da mão-de-obra.

O Partido Republicano Paulista nascente, dirigia suas vistas para os lavradores. Era a estes que pretendia agradar e conquistar. E com razão, pois elementos da lavoura, ao lado de alguns poucos membros da burguesia, representavam a força política da Província.

Em Itú durante todo o ano de 1872, sucederam-se as reuniões do clube. Sugeriu-se a criação de um jornal republicano em Itú (na sessão de 9 de junho de 1872) (13). Mas as dificuldades de impressão e sobretudo seu elevado custo desanimaram os associados. Opinando contra a fundação desse jornal, disse um dos presentes à reunião que numa “sociedade ultramontana”, como era a ituana o jornal dificilmente encontraria leitores (14). O número de republicanos ainda não era suficiente, numéricamente, para sustentá-lo.

E' curioso notar a pequena participação do clero no movimento republicano de Itú e de maneira geral no Brasil. Foram poucos aqueles que, como o Padre João Manuel, aderiram a êle. Isso se

(12). — Aroldo de Azevedo, *Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália. O ocaso do Segundo Império através de documentos inéditos*. “Revista de História”, n.º 10, Ano III.

(13). — Atas citadas.

(14). — *Ibidem*.

evidencia nas expressões do republicano que acreditava na difícil circulação de um jornal do partido, pelo caráter ultramontano da sociedade local. E' sabido que Itú congregava um grande número de padres e freiras. Numerosas eram as Igrejas e os Colégios religiosos aí localizados. Isso nos fizera pensar, de início, que essa seria uma das explicações para a realização da Convenção em Itú. Principalmente porque o clero andava desgostoso com a Monarquia por causa da Questão religiosa. E disso temos prova pela pouca simpatia manifestada na cidade de Itú, quando da visita do Imperador. Nessa ocasião, tendo êle feito uma visita ao Colégio das Irmãs de São José (o Colégio do Patrocínio), foi friamente recebido pelas irmãs que demonstraram, ao contrário do que era lícito esperar, um certo desagrado que as próprias alunas puderam sentir (15). Seria pois, normal, que os elementos da Igreja um pouco descontentes com o Monarca se voltassem para a causa republicana. Mas nada disso é verdade. No clube de Itú, não havia nenhum representante do clero. Nem posteriormente na Convenção. A explicação talvez esteja no fato de grande parte, senão a maioria dos republicanos ser composta de livre-pensadores e anti-clericais (16). Era uma doença da moda que imunizava até certo ponto a atividade do clero, tornando aos seus olhos relativamente suspeito esse movimento revolucionário.

A orientação do jornal *A Província de São Paulo*, saído em 1875, do qual eram acionistas alguns dêsses republicanos de Itú (jornal tipicamente republicano nessa época) reflete a quase hostilidade entre êstes e os membros do clero. Referindo-se às insurreições do Nordeste, por ocasião da revolta dos "quebra-quilos", acusa os padres e principalmente os jesuítas de serem co-participantes e demonstra nítidas tendências anti-clericais. A tal ponto, que uma verdadeira contenda surgiu entre os periódicos: o *Apóstolo*, órgão do pensamento religioso e *A Província de São Paulo*.

República e clero estavam pois, aparentemente divorciados. O que dizia o correligionário de Itú na reunião de 9 de junho, mostrando a impraticabilidade de se publicar um jornal republicano numa sociedade "ultramontana" e católica, parece que tinha sua razão de ser.

O clube ituano continuava a se reunir com freqüência. No mês de julho seguinte: nova sessão, e esta muito mais importante, pois se pretendia decidir sôbre a atuação nas eleições próximas. O presidente, considerando o partido demasiadamente novo para participar de maneira ativa, observava que sua finalidade era sobretudo a propaganda das idéias democráticas e manifestava-se pe-

(15). — Informações prestadas por uma das alunas do Colégio do Patrocínio: Emília A. Viotti.

(16). — Luiz Martins, *O Patriarca e o Bacharel*, pg. 39.

la abstenção. Contra essa opinião levantou-se Paiaguá, que era favorável ao desempenho político do clube. Essa sugestão foi aceita pela maioria (17). Para isso foi convocada uma assembléia geral a 15 de agosto de 1872 na qual procurou-se fazer uma eleição prévia para escôlha do nome daqueles nos quais deveriam os membros do partido “descarregar” os votos. Quarenta e sete cédulas apontaram João Tobias Aguiar e Castro, lavrador; Francisco Antônio Barbosa, advogado; Antônio Francisco de Paula Souza, engenheiro civil; Francisco Emídio Pacheco da Fonseca, lavrador; Antônio Basílio de Souza Barros Paiaguá, lavrador; José Vasconcelos de Almeida Prado, idem; Francisco Januário de Quadros, artífice; Ignácio Xavier de Campos Mesquita, médico; José Inocência do Amaral Campo, solicitador; Major José Egídio da Fonseca, lavrador; Antônio Nardy Vasconcelos, idem; Bento Dias de Almeida Prado, idem; José Custódio Pereira de Almeida, capitalista (mais de 50% eram lavradores).

Depois dessa reunião houve nova sessão, 15 dias mais tarde, a 1.º de setembro de 1872 — quando se fez a eleição prévia para vereadores e juizes de paz. E outra a 8 de setembro para mudança de diretório.

Enquanto o núcleo de Itú trabalhava diligentemente, o de São Paulo que deveria ser coordenador dos movimentos locais parecia ter abandonado o projeto do Congresso, pois só em outubro (decorridos portanto nove meses da data em que ficara decidida a sua convocação), por iniciativa do sócio Malaquias Guerra, da secção regional de São Paulo e presidente da reunião de 28 de outubro de 1872, secretariado por Américo de Campos, foi enviada aos correlegionários uma circular lembrando a necessidade de se fazer uma grande assembléia republicana preparatória do Congresso (18). Sugeriu-se que aquela poderia ser realizada em Campinas, no mês de novembro. As respostas demoraram a chegar. Em Itú só a 20 de novembro acusou-se o recebimento da carta enviada da capital e contestou-se de forma afirmativa à convocação. Outras secções devem igualmente ter retardado as respostas (19), pois nova circular foi enviada em 24 de novembro, convidando para a reunião a 25 de dezembro em Campinas ou Itú.

Em princípios de dezembro recebia São Paulo a adesão de Bragança, Campinas, Atibaia, Itapetininga, Amparo, Jundiá, Tietê, Jaú e Itú. Observe-se que todos êsses núcleos eram localizados no centro-oeste paulista. Nenhum representante do Vale do Paraíba. Daí provavelmente ter a escôlha recaído em uma cidade da depressão periférica: Campinas ou Itú, para séde da convenção. A

(17). — Atas citadas.

(18). — Américo Brasiliense, *op. cit.*, pg. 110.

(19). — *Ibidem*, pg. 110.

10 de dezembro nova circular participava a decisão da maioria de fazer realizar a 25 do mesmo mês em Campinas a referida reunião. Mas os preparativos se eternizavam. Chegado o Natal e o Ano Bom ela ainda não tivera lugar. Em Itú, a 31 de dezembro, houve na casa de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado um baile (20), onde esteve presente a aristocracia fazendeira do município. Mais parecia um comício republicano. Muito se discutiu e se falou da Convenção. A mocidade agrária do Tietê era francamente republicana. Pensou-se na maneira de atrair o maior número possível de correligionários por ocasião da Convenção (21) e fazê-la coincidir com a inauguração da Estrada de Ferro Ituana, pareceu a solução indicada. Com os trens especiais que correriam nessa ocasião, poderia vir muita gente. Essa sugestão aventada por José V. de Almeida Prado em São Paulo, foi vista com simpatia e viu-se reforçada em março, por um acontecimento que sacudiu a inércia dos republicanos paulistas: o assalto que sofreu a sede do jornal *A República* no Rio de Janeiro. Isso irritou os republicanos de São Paulo, estimulando-os para a luta aberta. A 5 de março eram publicados no *Correio Paulistano* os relatos dos acontecimentos. Dias depois concordavam êles na necessidade urgente de se fazer a Convenção em Itú (22).

b). — *O que é Itú em 1873.*

Itú em 1873 é uma pequena vila com 10.821 habitantes, in-crustada em plena zona rural. Sede de comarca e comando superior da Guarda Nacional. Sua importância estava ligada desde fins do século XVIII a paisagem agrária. Até então fôra a cana, agora uma nova riqueza, o café, surgia no município. São os fazendeiros da redondeza, alguns dos quais têm casa na cidade, como Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, ou o Barão de Itaim — Bento Dias de Almeida Prado (23) que ajudam a movimentar a vida da cidade. São importantes os negócios de café e ainda da cana, embora êstes comecem a decrescer em benefício daquele. E' a função de centro abastecedor das áreas vizinhas, tendentes à monocultura exclusivista, que ela desempenha. Surgem numerosas casas comerciais. Ao lado dessa função, o aspecto de centro cultural e religioso (possuía 14 templos católicos) completa o quadro do seu significado geográfico.

(20). — José Maria dos Santos, *op. cit.*, pg. 122.

(21). — Américo Brasiliense, *op. cit.*, pg. 111.

(22). — José Maria dos Santos, *op. cit.*, pg. 122.

(23). — Almanaque Luné para o ano 1873 da Cidade de Itú. Algumas informações úteis, mas referentes a 1860 aproximadamente, em Emilio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo.*

Ao que nos parece, a escôlha dessa cidade para séde da Convenção de Itú está relacionada com sua função de centro regional da zona cafeeira, onde grande era o número de fazendeiros republicanos, bem como ao fato de se tornar ponta de estrada de ferro, agora atingida pela Ituana. Situada na Depressão Periférica que assistia à vigorosa expansão da cultura do café, ao alargamento das áreas cultivadas e ao afluxo de contingentes novos de população, Itú rivalizava com Campinas na sua importância. Uma ou outra poderia ter sido escolhida para séde da Convenção que procurava congregar os representantes do interior. Ambas eram vigorosos centros de propaganda. O esforço dos republicanos mais notáveis de Itú, principalmente dos Almeida Prado e dos Piratininga, aliado ao fato de se inaugurar a estrada de ferro — o que oferecia uma ótima oportunidade e pretexto — acabou por firmar a escôlha nesta cidade.

II. — A CONVENÇÃO DE ITÚ.

Foram as notas deixadas por Cesário Mota, que acompanhou seu pai a Convenção que serviram até hoje para reconstituir os acontecimentos em Itú aos 17 e 18 de abril de 1873. Fundamentadas nessa sua descrição, que hoje se encontra no Museu Republicano (que se ergue na casa onde se reuniram os Convencionais), se construíram todos os relatos até hoje feitos sôbre êsse episódio.

A cidade engalanada assumira aspecto festivo com suas ruas embandeiradas e enfeitadas de palmeiras e flores, para acolher o presidente da Província que viria inaugurar a Estrada de Ferro, mas também para receber os republicanos. Curiosa simbiose!

Alguns vieram de "trolley", como os que saídos de Pôrto Feliz a 16 de abril chegaram pela manhã seguinte a Itú. Outros só chegaram no dia da inauguração, com a comitiva oficial, servindo-se dos trens especiais que circulavam na ocasião.

Os festejos da inauguração corresponderam à ornamentação da cidade. Foram ruidosos e entusiásticos. Discursos e vivas, saudações, banda de música e foguetes (24). Muita alegria, muita emoção. Os republicanos se animavam. Pedindo a palavra o sr. Barata Ribeiro quando se realizavam as comemorações oficiais acabou dizendo: "*Um dia o povo é rei...*"! (25).

Depois houve o lanche, onde amistosamente se encontraram o presidente da Província, seus acompanhantes e os republicanos que tinham vindo para a Convenção: Américo de Campos, Ubaldo Amaral, Quirino dos Santos, Antônio Carmo Cintra, Martim Francisco e outros, bem como aquêles fazendeiros de Itú cuja ini-

(24). — Cesário Mota, Manuscrito do Museu Republicano de Itú.

(25). — José Maria dos Santos, *op. cit.*, pg. 135.

ciativa tornara possível a execução da rêde ferroviária. O resultado não se fêz esperar: acabaram por se fazer brindes aos “mais enérgicos democratas”, terminando com um à “República Federativa” (26) feito em face do presidente da Província, na época João Teodoro Xavier de Matos! Tudo isso desencadeado por um brinde de Martim Francisco Filho que se lembrou de saudar os ituanos pelo seu espírito empreendedor que demonstrava assim “não mais precisar o povo da tutela do govêrno” (*sic*) (27).

Terminado o lanche, continuaram os festejos que se prolongaram até o dia 18. Foi essa a data escolhida para a assembléia republicana. À tarde, houve em casa de Piratinga uma sessão prévia na qual se decidiu a marcha dos trabalhos da Convenção. Foram deixadas de lado as questões doutrinárias ou de programa (28).

À noite reuniram-se os convencionais na residência de Carlos de Almeida Prado. Estavam convidados não apenas os representantes oficiais dos clubes municipais, mas todos os que declarando-se republicanos quisessem aderir à Convenção. Presidiu-a Tibiriçá Piratinga, secretariado por Américo Brasileiro. Ficou resolvida a organização do Congresso a realizar-se em São Paulo e que deveria constituir o P. R. P. — Partido Republicano Paulista — e ao mesmo tempo elaborar o projeto da Constituição Política e as leis orgânicas. Para isso seria escolhida uma comissão permanente que dirigiria o partido ou, no seu impedimento, uma outra expressamente nomeada. O sistema eleitoral seria o do sufrágio universal, bastando para ser eleitor ter 21 anos e provar não ter condenação criminal (29). Após terem sido traçadas as linhas básicas do Partido, discutiu-se o problema da utilização da imprensa como propaganda, sugerindo-se que se auxiliasse o jornal *A República* do Rio de Janeiro ou se criasse um outro jornal paulista. Os debates se prolongaram, nada tendo ficado assente a êsse respeito. Fizeram-se considerações em tôrno da necessidade de melhor organização do Partido no sentido de coordenar a ação dos grupos regionais e aumentar a propaganda. Resolveu-se ainda que fôsse expedida a todos os municípios da Província um relatório das decisões da Convenção, convidando os republicanos a procederem a eleição dos seus representantes ao Congresso. As discussões estenderam-se das 7,30 horas da noite até às 9,30, quando foi encerrada a sessão (30).

À saída uma escrava, na porta da casa, pedia esmola para comprar sua alforria. Conta-nos Cesário Mota que “Quirino dos Santos com palavras cheias de maior sentimentalismo propôs que

(26). — Cesário Mota, *op cit.*

(27). — *Ibidem.*

(28). — José Maria dos Santos, *op. cit.*, pg. 138.

(29). — Atas da Convenção de Itú, Museu Republicano.

(30). — *Ibidem.*

as pessoas presentes concorressem para aquela redenção” e diz: “Todos contribuíram para isso”.

A essa reunião haviam comparecido os representantes de Amparo, Botucatu, Bragança, Campinas, Capivarí, Indaiatuba, Itatiba, Itapetininga, Itú, Jundiá, Jaú, Mogi Mirim, Monte-Mor, Piracicaba, Pôrto Feliz, Rio de Janeiro, São Paulo, Sorocaba e Tietê. Com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro, tôdas as demais cidades eram do Centro Oeste paulista. Entre os 133 convencionais, 78 eram lavradores, todos fazendeiros dessa área, na qual o café estava em franco progresso e que entre 1860-1886 foi considerada zona pioneira na expansão dessa cultura. Confirmava-se mais uma vez a existência de uma maioria de lavradores no Partido Republicano Paulista (31).

III. — A PARTICIPAÇÃO DOS FAZENDEIROS NO MOVIMENTO REPUBLICANO.

Aqui se formula o problema da participação dos vários grupos no movimento republicano no Brasil e mais especialmente em São Paulo. A relação de nomes daqueles que eram sócios do clube republicano de Itú, ou de Rio Claro (constantes das Atas), assim como daqueles que compareceram à Convenção de Itú, dá uma porcentagem muito elevada de lavradores. E' êsse o grupo a que a maior parte dos convencionais, dêsses republicanos militantes, diz pertencer.

Freqüentemente, tem-se dito que o movimento republicano no Brasil e a queda do Império estão relacionados com o desenvolvimento da burguesia, ligado ao crescimento urbano, às profissões liberais e ao progresso industrial e comercial, orientado no sentido capitalista. Êsses representantes da burguesia que cresciam de importância na segunda metade do século XIX, teriam pelo seu espírito liberal e progressista se oposto à tradicional e conservadora aristocracia rural, baluarte das idéias monárquicas e estáveis (32). Aquêles seriam abolicionistas e republicanos, êstes, escravocratas e

(31). — Essa predominância continuaria quando em 1875 ao lançar-se o jornal de tendências republicanas — *A Província de São Paulo*, foram seus principais subscritores os fazendeiros de Campinas e Itú. Esse aspecto continuará com o passar dos anos. Os principais representantes do partido, eleitos para a Câmara foram na sua maior parte fazendeiros (José Maria dos Santos, *op. cit.*, pg. 195). E isso não é de se estranhar numa área em que a maioria dos votantes qualificados, como verificamos em algumas listas eleitorais dêsses distritos, era constituída de fazendeiros. Acompanhando o movimento republicano em São Paulo, poderemos reafirmar o que diz José Maria dos Santos: “Todos os núcleos do Partido Republicano em São Paulo, exceptuando-se o município da Capital, eram formados sobretudo por agricultores” (*op. cit.*, pg. 195). E acrescentar principalmente ou quase exclusivamente gente do Oeste Paulista.

(32). — Nelson Werneck Sodré, *Formação da Sociedade Brasileira*, pg. 316; Lydia Besuchet, *Mauá e Seu Tempo e outros*.

monarquistas. O advento das idéias liberais corresponderia ao declínio da vida rural e aumento da industrialização (33).

O quadro, válido nas linhas gerais, é complexo quando observado no detalhe. Se em muitas regiões do mundo êsse esquema pode ser aplicado (34), isso se dá devido à estabilidade e estratificação mais rígida das camadas sociais. No Brasil, na diversidade das paisagens sociais — tanto no sentido geográfico como na sua evolução histórica (basta compararmos certos aspectos do norte-açucareiro e patriarcal, ou mesmo do vale do Paraíba, com as progressivas fazendas de café do Oeste paulista) — é difícil a sua aceitação de uma maneira absoluta. Em algumas áreas a “grande mobilidade” na organização social determinando a interpenetração das várias camadas não permitiu uma caracterização rígida e definida, impedindo, portanto, uma real oposição de modo de pensar e de sentir entre elas.

Mesmo no Nordeste açucareiro, mais estabilizado, numa longa tradição histórica, os representantes do grupo rural — os senhores de engenho que deveriam segundo a concepção mais generalizada incarnar o espírito conservador, transformaram por vèzes suas casas em “areópagos” onde se conspirava pela liberdade, pelas idéias liberais e revolucionárias (35).

Gilberto Freyre mostra para o Nordeste o papel dos bacharéis — filhos de fazendeiros — que, na maioria estudantes da Faculdade de Direito, viajando para o exterior algumas vèzes, de uma maneira geral influenciados pelas correntes ideológicas européias, impregnados de liberalismo, se levantaram contra o conservadorismo paterno, forçaram a desorganização do patriarcalismo criando uma nova ordem, em oposição aos interesses paternos que incarnavam os da aristocracia rural (36). Na maioria, êsses bacharéis abandonavam o campo pela cidade e se urbanizavam. Raros eram aquêles que ao voltar da Europa, ou dos cursos nas Faculdade superiores, preferiam tornar à Casa Grande e integrar-se ao meio rural.

Através dêsse processo, assinala Gilberto Freyre a transferência do poder da aristocracia rural para a burguesia intelectual, embora seja o primeiro a reconhecer que as distinções rígidas são pouco aplicáveis ao fenômeno brasileiro.

A mesma oposição Bacharel-Patriarca, mas interpretada sob um novo ponto de vista — o da psicologia coletiva — fundamentada em explicações freudianas, foi adotada por Luiz Martins, que procurou mostrar como a geração dos filhos — bacharéis urbani-

(33). — Nelson Werneck Sodré — *op. cit.*, pg. 313.

(34). — Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, também faz essa observação na pg. 85.

(35). — *Ibidem*, pgs. 83-85.

(36). — *Ibidem*, pg. 300 e sgs.

zados, filiados aos ideais liberais, cultivados na Faculdade de Direito — se opoem aos pais, fazendeiros, conservadores, procurando acabar com o Império. Derrubar num movimento de rebelião o Imperador que incarnaria a figura do pai. A “rebelião liberal, republicana e abolicionista, teria retomado no Brasil, o espírito revolucionário da horda primitiva que derrubou a entidade dominadora do pai”. . . . , “entidade essa incarnada particularmente nos potentados rurais e coletivamente na figura centralizadora de Pedro II, admirável símbolo paternal, contra o qual ia convergir tôda a rebelião filial concretizada num *transfert* político” (37).

Para o autor, são os filhos de fazendeiros — bacharéis intelectualizados que, desadaptados no ambiente rural, se fixam nos núcleos urbanos dedicando-se à outras atividades (daí a decadência de numerosas famílias de fazendeiros) — tornando-se advogados, juizes, banqueiros, ou chefes de casas comissárias (38); são êstes, repetimos, os elementos progressistas: os abolicionistas ferrenhos, os republicanos ativos. Nestes termos acentua mais uma vez a divergência entre a sociedade urbana e a rural, mostrando que o “desenvolvimento da indústria e do comércio como forças de influência social no Brasil, coincide com a expansão do liberalismo político” (39) e que os filhos de fazendeiros foram elementos de renovação no seu meio, transformando-se em republicanos.

Sem querer aprofundarmos a interpretação psicanalítica dada ao fenômeno, acreditamos entretanto, que muitas vêzes o caso citado de Luiz Carmo Cintra, convencional de Itú, filho do Barão de Campinas, — chefe conservador e monarquista, proprietário de terras e escravocrata, tenha se repetido e que o jovem bacharel, educado na Faculdade de Direito, influenciado pelas idéias novas que então se discutiam, familiarizado com os teóricos franceses e a mentalidade revolucionária que precedera os anos de 1870 em França, tornara-se adepto incondicional da causa republicana, sentira-se desajustado nas fazendas, abandonara a lavoura e se urbanizara.

O perigo está nas generalizações. Em querer ver em todos os casos a mesma situação.

Há vários tipos de sociedades agrárias: as conservadoras e as que são receptíveis às idéias revolucionárias.

Não se pode fazer coincidir o movimento republicano com a transferência de poder da aristocracia rural para a burguesia intelectual das cidades, em nosso Estado e principalmente no Oeste paulista, nessa época que estudamos, quando nas listas de quali-

(37). — Luiz Martins, *O Patriarca e o Bacharel*, pg. 10. Prefácio de Gilberto Freyre.

(38). — *Ibidem*, pgs. 103-104.

(39). — *Ibidem*, pg. 105.

ificação de eleitores verificamos a predominância absoluta de lavradores e as Atas dos clubes republicanos estão cheias de referência à sua participação em prol dessa causa. Ainda mais, que a aristocracia e burguesia aqui se interpenetram. Quando muito poderíamos acentuar o prestígio crescente do elemento cidadão. Mas eram ainda lavradores muitos dos que se filiavam aos núcleos republicanos regionais.

Para se compreender a atuação dêsses no movimento republicano no Brasil, o ponto de partida, voltamos a dizer, é a lembrança da variedade de condições sociais, políticas e econômicas dentro do quadro geral do país, e até mesmo no ambiente mais restrito da Província de São Paulo. O esquema rígido: bacharel-burguesia-república, aristocracia rural-monarquia, só se aplica a determinadas regiões do Brasil.

Diante da diversidade de condições histórico-geográficas, o que é válido para o sedentário e estático Nordeste açucareiro, patriarcal e conservador nas suas linhas gerais, no Segundo Império, não se aplica, muitas vezes, à dinâmica paisagem cafeeira do Oeste paulista (40) e mesmo restringindo-nos aos limites do Estado de São Paulo, a diferença entre o Vale do Paraíba e as terras roxas da Paulista e da Mogiana, é flagrante, basta ter em vista a sugestiva carta de Rodrigues Azevedo, citada anteriormente. Uma diferença profunda no conteúdo social, econômico e psicológico separa as duas regiões.

Por outro lado, o poder político parecia, por volta dessa época, estar muito mais nas mãos dos aristocratas e patriarcais senhores do Vale do Paraíba ou do Nordeste, do que entre êsses novos proprietários da região "pioneira" do Oeste. Essa nova elite poderosa do ponto de vista econômico, intrinsecamente diferente, que se desenvolve, irá desequilibrar a situação procurando de maneira insensível, forçá-la a seu favor. Buscaria inconscientemente um meio de ascensão política, num quadro já organizado, que não lhe oferece muitas oportunidades para suas aspirações?

Mas voltemos ao problema anterior. Essa relativa receptividade às idéias republicanas, em certos meios rurais paulistas, parece-nos estar intimamente relacionada com o desenvolvimento da cultura cafeeira no Oeste; com as condições de organização social e psicológica do chamado "pioneirismo", da tão propalada marcha para Oeste, que se revestiu de condições próprias, sob muitos aspectos às áreas urbanas.

Dentre os Convencionais de Itú, destacaram-se os representantes dos núcleos situados nas regiões "pioneiras" do ponto de vista da introdução da cultura do café, quer nas áreas de recente po-

(40). — Gilberto Freyre, *Estudos de Antropologia Brasileira*, pg. 85.

povoamento, quer naquelas onde ela se substituiu à outras culturas. Já chamamos a atenção para o curioso fato de não encontrarmos nenhum convencional do Vale do Paraíba. Todos vêm do Centro Oeste, dessa área onde a cultura cafeeira se generaliza. A análise da sua expansão ajuda a esclarecer o problema.

Foi no período que decorreu entre 1854 e 1886 que aí se incrementou nitidamente o plantio do cafeeiro. Se na zona Central (Campinas, Itú, Monte Mor, Itapetininga, Jundiá, Piracicaba, etc.) ele já existia anteriormente, o aumento da produção verifica-se nessa época. Estas zonas de povoamento antigo são rejuvenescidas por novos contingentes humanos que para aí afluem, bem como pela introdução dessa nova cultura no panorama geográfico. Paralelamente há uma revolução na mentalidade.

Em 1854 era ainda o Centro Oeste muito menos importante que o Vale do Paraíba. Enquanto a produção deste montava a 2.737.639 arrobas, aquêle não ia além de 431.397 (41). Nessa ocasião o café se dirigia para as terras excepcionalmente boas de Campinas, Bragança, Itú e Jundiá.

Passados vinte anos em 1873, estamos na fase de pleno progresso dessa região. Ampliam-se as áreas cultivadas, cresce o número de fazendas nos territórios de povoamento antigo. Em outras regiões ainda não ocupadas, abrem-se fazendas em plena mata. Na zona central a cultura açucareira, que tinha sido até então o esteio da lavoura local, perde terreno para a plantação de café.

E' entre 1874 e 1886 que tôda a zona da Mogiana e Paulista se transformou na maior produtora do Estado, ao lado da Zona Central. Estamos pois em 1873, quando da realização da Convenção de Itú, na fase típica de pioneirismo, no avanço da franja pioneira nessa área de onde vêm os principais membros da Convenção.

A população crescia concomitantemente. Novos núcleos urbanos se desenvolvem. Amparo, Araras, Rio Claro (onde surgira o núcleo republicano em 1872), Araraquara, Limeira, São Carlos. Na zona Central a população aumentou de 77,9% entre 1854 e 1874 e na Mogiana 113,8%. Em Campinas entre 1854 e 1886 a produção de café aumentou de 374% e a população de 190,5% (42). Esse contingente adicionado à população — constituído de gente dos mais variados grupos sociais —, heterogêneo na sua composição social e portanto nas suas concepções de vida, altera a organização mental dessa sociedade agrária.

Por volta de 1868, o fazendeiro dessa área, já se destacava pelo seu espírito progressista, mesmo nas zonas de povoamento mais antigo. Não era mais "o emperrado e rotineiro de alguns

(41). — Sérgio Milliet, *Roteiro do Café*, pg. 18.

(42). — José Francisco de Camargo, *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. Vol. I, pág. 67.

anos passados” (43); agora empregando maquinário moderno e inventando outros, incentiva e melhora a cultura, preocupa-se com a introdução da mão-de-obra estrangeira, estimula a imigração.

Os primeiros imigrantes haviam sido introduzidos em 1847 na fazenda Ibicaba do Senador Vergueiro. Depois de vencidos muitos transtornos e dificuldades, 28 anos mais tarde, existiam em São Paulo 90 núcleos coloniais (44). Em 1866 havia 2.080 imigrantes na Província, fruto da iniciativa individual. Nenhuma outra se esforçara mais para provocar a substituição do escravo. Em nenhuma houve maior número de núcleos coloniais de iniciativa particular (38 no Oeste, 6 no litoral e zona norte, em 1866 — localizados principalmente em Campinas, Limeira e Rio Claro (45). Desde 1871, quando pela primeira vez o governo abre fundos para a imigração, organiza-se uma companhia de fazendeiros: a “Associação auxiliadora de colonização e imigração para a Província de São Paulo” (46). Um dos mais ativos elementos no incentivo da imigração foi Martinho Prado Júnior, fazendeiro do Oeste Paulista, típico pioneiro que se deslocou atrás de terras férteis e virgens e que fez várias viagens à Europa para tratar da introdução de colonos em São Paulo. Fundou em 1886 uma Sociedade Promotora da Imigração. Foi também um dinâmico colaborador na construção de estradas de ferro no Estado. Apesar de descendente de família conservadora “era republicano por temperamento” (47).

O espírito de iniciativa e progresso, peculiar à maioria desses fazendeiros, levava-os a subscrever capital para a ampliação da rede ferroviária. Para formar a Companhia Paulista em 1868, 654 associados levantaram um capital de 5.000 contos, sendo a maioria deles fazendeiros (48). A Companhia Ituana foi também levada a termo graças aos esforços desses fazendeiros que se achavam interessados no prolongamento dos trilhos. Os jornais de 1868 (49) atestam isso. Antônio Cândido da Rocha, ao assumir a presidência da Província em fevereiro de 1870, fala à Assembléia Provincial louvando a atitude do município de Itú, onde se conseguira 1,260 contos de réis para a construção da via férrea (50).

Não seria de se estranhar se dotados de tal atividade e empreendimento, visão larga e ousada, alguns deles pelo menos, ou por formação universitária, convívio com os livros e teorias políticas republicanas, por temperamento ou por audácia juvenil, acei-

(43). — Afonso Taunay, *História do Café*, vol. III, pg. 222.

(44). — Taunay, *op. cit.*, pg. 195.

(45). — *Ibidem*, pg. 203.

(46). — Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, pg. 92.

(47). — Almeida Nogueira, *Tradições e Reminiscências*. Turma de 1861-1864.

(48). — Pierre Monbeig, *op. cit.*, pag. 86.

(49). — *O Ituano*. 1868.

(50). — Taunay, *op. cit.*

tassem e aderissem a ideais republicanos. E' o gôsto pelas coisas novas: "amor às tendências inovadoras" de que nos fala Gilberto Freyre, ao caracterizar o paulista (51). E' a psicologia do bandeirante que permanece "o inovador, o renovador, o experimentador por excelência". Aqui se aplicaria a expressão de Cassiano Ricardo (52) de que o bandeirismo se "opera hoje em horizonte cultural renovado em seus objetivos econômicos" e nas suas novas condições sociológicas, psicológicas e culturais.

A psicologia do "pioneiro" é favorável às inovações. Albert Demangeon estudando o fenômeno do pioneirismo em outras partes do mundo conclui:

"Pour une nation posséder un front de colonization c'est une fortune exceptionnelle qui implique le goût et la recherche du nouveau, la volonté de ne pas s'en tenir à l'héritage du passé, la manifestation d'une puissante vitalité" (53).

Inegavelmente há um mecanismo psicológico no pioneiro caracterizado pelo amor ao risco, aos empreendimentos corajosos, e que por tudo isso o predispõe à aquisição de idéias novas, avançadas. Era preciso muita ousadia e coragem, espírito de aventura e de jôgo, para se "abrir" uma fazenda no Oeste paulista, na região que figurava nos mapas do século passado como "zona de índio" (54), para transformar a mata selvagem numa paisagem humanizada, com extensos cafezais, prédios de residência e construções de colônias, em locais isolados, longe das vias de comunicação. As biografias de pioneiros estão cheias de referências às dificuldades que enfrentavam, auxiliados pela sua vontade e obstinação.

Além dessa atitude mental peculiar ao pioneiro, tudo contribuía para dar à sociedade agrária paulista, características muito diversas de outras regiões, onde a sociedade estabilizada não apresentava nada que se assemelhasse à diversificação e mobilidade da zona pioneira.

Uma das principais explicações do republicanismo das áreas pioneiras, da participação dos fazendeiros do Oeste paulista reside nessa mobilidade social, grandemente acentuada pelo caráter novo, imaturo dessa região de povoamento recente. Aqui sim, há uma verdadeira interpenetração das várias camadas sociais, desaparecendo nesse processo as linhas de diferenciação e oposição que comumente, quando elas se organizam mais rigidamente, caracterizam suas relações. Quem são êsses fazendeiros? De onde vem? A que se

(51). — Gilberto Freyre, *Estudos de Antropologia Brasileira*, pg. 85.

(52). — *Ibidem*.

(53). — A. Demangeon, *Pionniers et front de colonization* in "Annales de Géographie, 1932, pg. 636.

(54). — Mapa de 1870. Província de São Paulo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

dedicavam em outras áreas? Tinham uma tradição agrária? A análise da constituição social esclarece muito a respeito da maneira de pensar de um grupo. O que encontramos na franja pioneira é uma grande variedade de indivíduos das mais variadas procedências e ocupações. Há aquêles que já eram fazendeiros em outras regiões e que se deslocaram em busca de terras novas, por iniciativa própria, ambição pessoal, ou por sugestão de parentes e amigos. Há os que, fazendeiros em zonas ainda de alto rendimento, se locomovem por desejo de colecionar fazendas ou por amor acentuado à aventura e ao lucro. Muitos são filhos e genros de fazendeiros que deixam a casa paterna indo abrir fazendas em outras áreas. Mas o que é mais importante: muitos são típicos representantes da burguesia urbana: bacharéis, homens de negócio, comerciantes, sem tradição agrária, mas que atraídos pela miragem do Oeste paulista penetram pelo sertão afora, abandonando a vida urbana pelas fazendas. São representantes das cidades travestidos em fazendeiros.

O que Monbeig constatou em sua viagem por São Paulo, através das fazendas de café: homens novos da cidade, antigos alunos das escolas de agronomia, médicos engenheiros de São Paulo e Rio de Janeiro, abrindo fazendas, não é fenômeno novo (55). E' quadro comum por volta de 1870.

Um exemplo típico de pioneiro é o dr. Alfredo Ellis, inicialmente médico e que depois do seu casamento transformou-se num verdadeiro pioneiro, perfeitamente adaptado ao ambiente agrário: abrindo fazendas, plantando café, lutando e construindo (56). Como êste, os exemplos poderiam ser multiplicados.

Alguns eram mineiros que descendo a Mantiqueira, penetraram em Limeira, Araras, Pinhal, Casa Branca, Ribeirão Preto (57). Criadores de gado, comerciantes que mudam de profissão, advogados, transformam-se em lavradores.

Ao lado desses fazendeiros improvisados, há os que pertenciam à famílias tradicionalmente ligadas à lavoura, como os Almeida Prado. Um exemplo: Paulo de Almeida Prado que ajudado por seus irmãos e cunhados, lavradores em Pôrto Feliz, abre fazendas em Botucatu, em 1865, seguido por homens de Piracicaba, Limeira e Indaiatuba. Também Martinico Prado, cujo pai era fazendeiro no município de Araras, fundou fazendas próximo a região de Ribeirão Preto (58). Êste era bacharel formado pela Faculdade de Direito e adepto incondicional das idéias republicanas.

(55). — P. Monbeig, *op. cit.*, pg. 108.

(56). — Alfredo Ellis Júnior, *Um parlamentar da República*, 1952.

(57). — Pierre Monbeig, *op. cit.*, pg. 118.

(58). — O avô, oriundo de Iguape, tinha feito o comércio de burros entre Bahia, Goiás e São Paulo e foi presidente da primeira sucursal do Banco do Brasil em São Paulo. O pai, Martinho Prado, completara suas atividades comerciais e bancárias tornando-se chefe de uma plantação de cana em Campo Alto, Engenho Velho e Araras. *Apud Monbeig, op. cit.*, pgs. 122-123.

O fenômeno que observam Luiz Martins e Gilberto Freyre, êste para o Nordeste, aquêle para São Paulo: bacharéis que depois de um estágio nas escolas de Direito, desadaptados da vida rural abandonam a Casa Grande pelo sobrado, a lavoura pelas carreiras liberais, encontra aqui muitos exemplos opostos. São numerosos os que, como Martinico Prado, depois de saírem das Arcadas se lançam em empreendimentos agrícolas, trocando o pergaminho pela vida de fazenda. Alguns seguiam a tradição familiar, outros se instalavam pela primeira vez no campo. Alguns vinham do Vale do Paraíba, onde haviam sido advogados, juizes ou funcionários e se estabeleciam no Oeste como lavradores de café. Tal é o caso de Cândido José de Andrade (59), formado na turma de 1869 da Faculdade de Direito e que depois de ser promotor e juiz em Jacareí, acabou por se dedicar a lavoura em Rio Claro. Muitos vinham de outros Estados, como Francisco Leite Ribeiro Guimarães, mineiro que depois de ter casa comissária no Rio de Janeiro se dedicava ao plantio de café (60) no Oeste paulista. Braz Barbosa da Silva, paulista de Bananal, formado pela Faculdade de Direito em 1854-1858, foi ser fazendeiro em Sertãozinho — Ribeirão Preto.

E' típico o caso de Manuel de Moraes Barros que iniciando sua carreira de advocacia em 1864 conseguiu enriquecer-se comprando então umas terras. Daí por diante era ao mesmo tempo advogado e fazendeiro. Nos nove volumes das *Tradições e Reminiscências* de Almeida Nogueira, há inúmeras referências a jovens que cursaram a Academia de Direito, os quais muitas vezes, depois de alguns anos de vida urbana, passaram a integrar a sociedade rural. Alguns, como notamos, tinham laços familiares: eram filhos, irmãos ou cunhados de fazendeiros e isso fôra o fator decisivo na orientação da sua vida. Outros, pela amizade com companheiros de Faculdade, embora sem tradição agrária, acabaram casando-se em famílias rurais, aderindo à lavoura. Muitos eram pela primeira vez fazendeiros. Eram burgueses "ruralizados". Êsses lavradores de raízes urbanas levavam frequentemente para os cafezais idéias que haviam seguido no tempo da Arcadas.

A difusão de idéias republicanas entre os moços da Faculdade de Direito é notada por todos aquêles que à ela se referem. Isso não quer dizer que contaminados pelo virus revolucionário, todos os jovens saídos dessa Faculdade fôsem mais tarde membros militantes do partido republicano, filiados às tendências liberais. Muitos daqueles que por aí passaram distinguiram-se posteriormente como defensores da monarquia: membros ilustres do

(59). — Almeida Nogueira, *Tradições e Reminiscências*. Turma de 1869.

(60). — *Ibidem*, turma de 1860-1864.

partido conservador ou liberal. Talvez se dermos um balanço, êles constituirão a maioria. Alguns sofreram do “mal republicano” na juventude, na fase das idéias revolucionárias que ataca a maioria dos adolescentes pela exaltação típica da idade, amor pelas reformas sociais e ideais avançados, mas depois esqueciam-se desse entusiasmo juvenil. E’ o caso de Afonso Celso. Outros passaram pelas Arcadas sem nunca terem se apaixonado pela causa republicana. Questão de temperamento, de inclinação de oportunidade. Mesmo assim, muitos eram republicanos.

O curioso é notar, como já tivemos ocasião de fazer, que entre os convencionais de Itú e os membros dos núcleos republicanos há muitos (a maioria?) que haviam sido bacharéis. Alguns seguiam a carreira: José Pinto do Carmo Cintra, Américo Brasileiro, Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Outros eram fazendeiros: Manuel de Moraes Barros, José Vasconcelos de Almeida Prado, Carlos Nardy Vasconcelos, João Tibiriçá Piratininga, Rafael Aguiar Paes de Barros, Rafael Tobias de Aguiar e outros.

*

A “plasticidade” na disposição das classes sociais, comum a todo país novo, aqui é reforçada pelas características de zona pioneira, de povoamento recente, acentuada pela mobilidade econômica e financeira que impede que se fale em burguesia e aristocracia rural e sobretudo numa oposição ideal e psicológica entre elas, em face do movimento republicano.

A própria organização da propriedade rural nessas áreas contribui para dar mais ênfase a êsse fenômeno. O café no Oeste, mais monopolizador do que em outras áreas é uma cultura exclusivista e comercializada. Nas propriedades abandona-se o cultivo de outros produtos (61) que serviam de manutenção, daí uma dependência cada vez maior em relação à cidade, aos núcleos urbanos. Já em 1858 José Manuel da Fonseca (62) no Senado, assinalava o fato, mostrando que as tradicionais fazendas de açúcar onde se cultivavam outras plantas como o milho e o feijão, foram substituídas pelas de café, nas quais se eliminavam as outras culturas de gêneros alimentícios. Isso aliado à facilidade de comunicações, aumentara a dependência dessas áreas rurais à cidade que se transformava em centro abastecedor.

Como é diversa a relação entre o proprietário e a terra nessas empresas de caráter puramente comercial e as do Vale do Paraíba ou do Nordeste que são um pequeno mundo: o quadro

(61). — Sérgio Milliet, *Roteiro do Café*, pg. 24.

(62). — Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, pg. 259.

onde vive o proprietário, de uma maneira quase independente do exterior, autarquicamente; onde há exemplos de lavradores que se gabam “de só ter de comprar ferro, sal, pólvora e chumbo, pois o mais davam de sobra as suas terras” (63). Nas fazendas de café do Oeste, o fazendeiro torna-se um tipo citadino, mais do que rural, sujeito às influências urbanas. Para êle a propriedade é em primeiro plano um meio de vida, uma fonte de renda (64). O domínio agrário se aproxima em “muitos dos seus aspectos de um centro de exploração industrial. Às vêzes êle reside uma certa parte do ano na cidade e outra na fazenda”. As receitas de bem produzir não se herdavam pela tradição, pelo convívio, através de gerações sucessivas, mas são aprendidas por vêzes nas escolas e nos livros (65). Quadro muito diverso do que existia nas fazendas do Nordeste e no Vale do Paraíba, onde a agricultura seguia moldes rotineiros e tradicionais, a propriedade era mais autônoma, vigorando o regime patriarcal. Aí o velho fazendeiro quase não freqüentava a cidade, habitando com sua família numerosa, permanentemente, a fazenda (66). São duas estruturas diferentes, duas atitudes psicológicas diversas. A segunda muito mais tipicamente rural do que a primeira.

A urbanização do fazendeiro viu-se reforçada pelo fato de muitos continuarem a desempenhar outras funções. Alguns, como assinalamos, eram advogados, outros juizes, delegados, etc. Manuel Moraes Barros, era advogado e fazendeiro, Antônio Francisco Aguiar de Barros exercia cargo público e tinha casa comanditária, além de ser fazendeiro (67). Muniz de Souza era deputado na Assembléia Provincial. Elias Antônio Pacheco Chaves, fazendeiro, industrial, capitalista, juiz de orfãos, chefe policial, deputado provincial e finalmente Vice-Presidente da Província.

Fazendeiros urbanizados eram êsses, fàcilmente acessíveis por tôda a sua construção mental ao movimento de idéias republicanas.

Poderosos sob o ponto de vista econômico e financeiro a riqueza lhes abria novos horizontes: as viagens à Europa, os livros, etc. Graças a tôdas essas vantagens estavam êles a par das transformações econômicas e das revoluções políticas da Inglaterra, França e Alemanha. Era normal que procurassem aí se inspirar (68).

CONCLUSÃO.

Dessa forma, as condições que presidiram a formação da sociedade cafeeira no Oeste paulista, na chamada zona pioneira, cria-

(63). — Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.* pgs. 257-258.

(64). — *Ibidem*, pg. 258.

(65). — *Ibidem*, pg. 261.

(66). — Pierre Monbeig, *op. cit.*, pg. 160.

(67). — Almeida Nogueira, *op. cit.*, vol. 7.º, pg. 155.

(68). — Pierre Monbeig, *op. cit.*, pg. 84.

ram um ambiente que possibilitava o florescimento da idéia republicana entre o grupo de elite que nesse tempo é representado pela figura do fazendeiro. Ao compulsar as Atas do Partido Republicano de Itú e Rio Claro, ao observar a proveniência dos convençãois de 1873 verificamos a coincidência da localização dos principais núcleos que se fizeram representar na zona Centro Oeste paulista, bem como a presença de grande número de lavradores entre os seus correlegionários. Aqui é o fazendeiro, é a aristocracia rural em grande parte que compõe a ala de vanguarda que aparece nas fileiras do Partido Republicano, num aparente anacronismo com as explicações habituais que vêm exclusivamente na burguesia urbana a protetora dessas idéias e que acredita na oposição entre esta e a aristocracia rural que encarnaria por sua vez a tradição, o conservadorismo social e político, isto é, fidelidade à monarquia.

Isso se explica. Essa área que fôra fértil na proliferação de clubes republicanos é na ocasião zona de expansão da cultura cafeeira: "zona pioneira", com todos os aspectos que a caracterizam se diferencia do comum das zonas rurais. À produção de café que aumentava de maneira extraordinária, substituindo nas regiões de povoamento mais antigo outras plantações, conquistando em outros setores terras virgens, correspondia um proporcional crescimento da população: em 20, 30 anos — 150, 200, até 500%. Afluxo de população das mais diversas origens e profissões, muitas vêzes sem tradição agrária. Burgueses, comerciantes que se improvisavam em fazendeiros, levando todo seu contexto mental para o campo. Intelectuais saídos da Faculdade de Direito — foco de agitação revolucionária — que se estabelecem nas fazendas. Fenômeno inverso do que em geral se verifica em outras áreas, quando os jovens de família tradicionalmente ligada a terra, depois de suas experiências universitárias e cidadinas, abandonam a vida rural pela urbana.

A mobilidade social nessa região, determinando a interpenetração das várias camadas, contrasta com outras áreas mais sedimentadas, onde a penetração de idéias novas se faz de maneira mais lenta e difícil e ela se torna em geral baluarte das idéias conservadoras. Daí não haver, no Centro Oeste paulista, em face do ideal republicano, uma nítida oposição entre fazendeiros e burgueses das cidades. A mobilidade atenua a rigidez dos contornos, as linhas que separam os interesses desses dois grupos. O que é reforçado pela própria organização da propriedade cafeeira na região. Imbuída de caráter puramente comercial e monocultor, elimina, no seu exclusivismo, outros produtos de subsistência, tornando maior a dependência do campo em relação à cidade — centro abastecedor vital para sua sobrevivência. Estreitam-se as:

relações, os contactos. Campo e cidade aproximam-se, favorecendo mais do que nunca a difusão das idéias e a troca de influências. As fronteiras perdem a sua importância.

Some-se a isso a psicologia característica dos homens das zonas pioneiras: espírito aventureiro, empreendedor, toma a seu cargo a construção das primeiras estradas de ferro, procura numa tentativa ousada introduzir a mão-de-obra estrangeira, criando sociedades de imigração e colonização. Experimenta métodos de cultivo e introduz novos maquinários. Amigo de inovações, visão larga, ousada, menos prêso às tradições, mais acessível às idéias novas e à propaganda republicana. Todos esses fatores ajudam a explicar a coincidência da localização dos clubes republicanos na zona pioneira, a presença numerosa dos lavradores no rol dos republicanos e a escolha de Itú como importante centro regional da zona cafeeira para sede da Convenção.

EMÍLIA COSTA NOGUEIRA

Licenciada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

* * *

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA.

- João Cruz Costa, *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*. São Paulo, 1950.
- Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*. Editora Nacional. São Paulo e Rio de Janeiro, 1938.
- Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*. Brasileira, vol. 64. Editora Nacional. São Paulo.
- Alfredo Ellis Júnior, *A evolução da Economia paulista e suas causas*. Editora Nacional. Brasileira, vol. 90. São Paulo, 1937.
- Idem, *Um parlamentar paulista da República*. São Paulo, 1949.
- Pandiá Calógeras, *Formação histórica do Brasil*. Brasileira, vol. 42. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Editora Nacional, 1945.
- J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*. Brasileira, vol. 152. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Editora Nacional, 1939.
- Oliveira Viana, *O ocaso do Império*. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 2a. edição.
- Oliveira Lima, *O Império Brasileiro*. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1927.
- Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense Ltda. São Paulo, 1949.
- Idem, *Evolução política do Brasil*. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1933.
- Emílio Zalar, *Peregrinação pela Província de São Paulo*. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1953.
- Nelson Werneck Sodré, *Panorama do Segundo Império*. Editora Nacional. São Paulo, 1939. (Brasileira).

- idem, *A formação da sociedade brasileira*. José Olímpio. Rio de Janeiro, 1944.
- José Maria dos Santos, *Os republicanos paulistas e a abolição*. Livraria Martins. São Paulo, 1942.
- Idem, *A política Geral do Brasil*. J. Magalhães, 1930.
- Américo Brasiliense, *O programa dos partidos e o 2.º Império*. Jorge Seckler. São Paulo, 1878.
- Pedro Calmon, *História Social do Brasil*. 2.º volume. Editôra Nacional, 1939 (Brasiliana).
- José Maria Bello, *História da República (1889-1930)*. Edição da Organização Simões. Rio de Janeiro, 1952.
- Luiz Martins, *O Patriarca e o Bacharel*. Livraria Martins Editôra. São Paulo, 1953.
- Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Librairie Armand Colin. Paris, 1952 (Cahiers de la Fondation Nationale de Sciences Politiques).
- Sérgio Milliet, *Roteiro do Café*. Coleção do Departamento de Cultura, vol. 25. São Paulo, 1939.
- José Francisco de Camargo, *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo, 1952. Boletim 153 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- Afonso Taunay, *História do Café no Brasil*. Vol. 3. *No Brasil Imperial (1822-1872)*. Tomo I. Edição do Departamento Nacional do Café, 1939.
- Joaquim Nabuco, *Obras completas — Um estadista do Império*. Vols. III-IV. I. P. E., São Paulo.
- Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Coleção Documentos Brasileiros. Livraria José Olímpio, 1948 (2a. edição).
- Osório Duque Estrada, *A abolição 1831-1888. Esboço Histórico*. Livraria Leite Ribeiro. Rio de Janeiro, 1918.
- E. de Moraes, *A escravidão africana no Brasil*. Editôra Nacional. São Paulo, 1933 (Brasiliana).
- João Dornas Filho, *Apontamentos para a História da República*. Editôra Guaira Ltda. São Paulo, 1941.
- Felício Buarque, *Origens Republicanas — Estudos de gênese política*. Livraria Internacional. Recife, 1894.
- Gilberto Freyre, *Problemas Brasileiros da Antropologia*. Rio de Janeiro, 1943 (Coleção Estudos Brasileiros).
- Almeida Nogueira, *A academia de São Paulo — Tradição e Reminiscências*. São Paulo, 1907-1909, 9 vols.
- Oscar de Araujo, *L'idée republicaine au Brésil*. Paris. Perrin et Cie. Paris, 1843.
- Cristiano Benedito Ottoni, *O advento da República no Brasil*. Perseverança. Rio de Janeiro, 1890.

*

- Revista do Instituto Histórico e Geográfico *Contribuições para a Biografia de Dom Pedro II*. Parte I. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1925.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo especial, *Congresso Internacional Histórico da América, 1922*, vol. VI.

A. Demangeon, *Pioniers et front de colonisation*, in "Annales de Geographie", 1932.

O Ytuano, 1868.

A Gazeta de Campinas, 1873.

A Província de São Paulo, 1875.

Correio Paulistano, 1873-1874-1875.

Aroldo de Azevedo, *Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália* — *O ocaso do Império através de documentos inéditos*. Revista de História n.º 10 — Ano III.

Manifesto Republicano — in "Cincoentenário da República". Edição do *Correio Paulistano*. Março, 1940.

Livro de Atas do Partido Republicano de Itú (cópia).

Livro de Atas do Partido Republicano de Rio Claro (idem).

Manuscrito de Cesário Mota sobre a Convenção in "Museu Republicano".

Mss. Ofícios da Câmara de Itú, Arquivo do Estado de São Paulo.

Mss. Ofícios vários, Itú, Arquivo do Estado de São Paulo.